

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultados obtidos em 2013
Aos senhores Acionistas e demais interessados: Anacônda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. em decorrência das disposições estatutárias e legais apresenta aos senhores Acionistas e ao público em geral o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

I – Estratégia de Abastecimento
O ano de 2013 trouxe novamente um cenário complicado para o abastecimento da indústria.

A safra de trigo nacional sofreu com as adversidades climáticas que atingiram principalmente o Norte do estado do Paraná e algumas regiões de São Paulo com perdas significativas tanto no volume disponível para comercialização como na qualidade do trigo colhido.

Ainda no primeiro semestre a ruptura do abastecimento de trigo pela Argentina decorrente do fechamento dos registros para exportação já partir de junho, e assim os manteve por todo o ano, obrigando os moinhos brasileiros a buscar alternativas para suprimento de trigo de qualidade industrial notadamente dos EUA. Com essa mudança o ciclo das negociações foi alongado de 25 para 45 dias, devido ao maior tempo de navegação dessa nova fonte de abastecimento.

Esse novo cenário de mercado foi parcialmente amenizado pela queda dos preços internacionais e pela decisão do governo pela retirada do imposto sobre importação de trigo tentando diminuir as pressões inflacionárias, porém desvalorização do real no mesmo período praticamente anulou esses esforços.

Mesmo com um cenário desafiador imposto pelo ano de 2013 a Anacônda continuou com sua filosofia em relação ao padrão de qualidade dos seus produtos, bem como, os investimentos em estoques capazes de absorver parte das oscilações na oferta de matéria-prima.

II – Estratégia de P & D e Produção
Em dezembro de 2013 foi posta em marcha uma nova seção de Moagem na Unidade Produtiva de Curitiba, disponibilizando recursos tecnológicos de ponta para produção de “farinhas tipificadas”. Além de aperfeiçoar os procedimentos utilizados na elaboração de produtos direcionados para cada aplicação, a nova seção oferece um moderno sistema de registros e rastreabilidade de todas as etapas do processo (do fornecedor de matéria-prima ao cliente final). Esse investimento se alinha perfeitamente a estratégia da empresa de trabalhar em parceria com clientes que tenham demandas específicas e complementa ferramentas já implementadas pelo Sistema – ISO 9001:2008.

Ainda em linha com a firme definição do Conselho de Administração de promover o crescimento sustentável da organização, foi aprovado para

2014 o investimento na modernização de uma seção de moagem da Unidade de São Paulo que deverá iniciar operação no início de 2015.

III – Estratégia de Comercialização
Na busca pela melhoria contínua de produtos e serviços, foram implementadas as seguintes modificações na estrutura comercial da empresa:

- Unidade de São Paulo: mudança do Centro de Distribuição Anacônda (CDA) existente na região metropolitana de Campinas para o município de Valinhos, com ampliação da área de estocagem e atendimento às exigências do Sistema ISO 9001:2008 possibilitando expressivo crescimento de participação dos produtos da empresa na região.
- Unidade de Curitiba: inauguração do Centro de Distribuição Anacônda (CDA) na cidade de Navegantes – SC com o intuito de ampliar a atuação no Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e oferecer serviços diferenciados para clientes de todos os segmentos.

A Anacônda Industrial e Agrícola de Cereais SA segue apresentando os seus resultados e ratificando para o ano em curso, seu obstinado compromisso em conciliar a TRADIÇÃO da milenar Técnica de Moagem com os mais modernos recursos de Softwares e Hardwares disponíveis, sempre tendo a plena satisfação dos seus clientes como meta inegociável.

	2013	2012
Receita Líquida	558.631	405.631
Lucro Líquido	86.608	61.688
Receita Financeira Líquida	(7.821)	(7.076)
Depreciações	6.380	6.726
Imposto de Renda e CSLL	35.595	24.924
Total Ebitda	120.762	86.262
% Ebitda s/ Receita Líquida	21,6%	21,3%

A receita líquida da ANACONDA somou R\$ 558,6 milhões em 2013, um crescimento de 37,7% em relação ao ano de 2012 (R\$ 405,6 milhões).



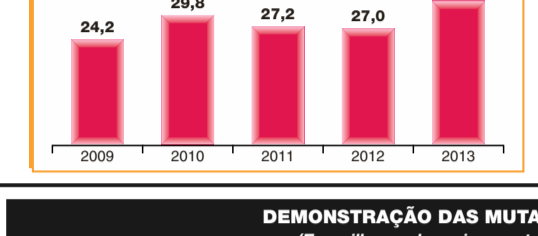
O volume de vendas da ANACONDA teve um crescimento em 2013 de 7,6% em relação ao ano de 2012.



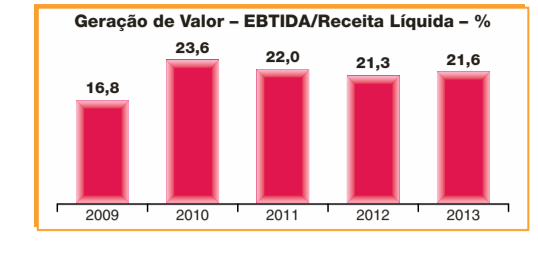
O lucro líquido do exercício de 2013 foi de R\$ 86,6 milhões, com margem líquida de 15,5%. No ano de 2012 o lucro líquido foi de R\$ 61,7 milhões, representado assim, um crescimento no lucro líquido do exercício do ano de 2013 em 40,3% em comparação com o exercício de 2012.



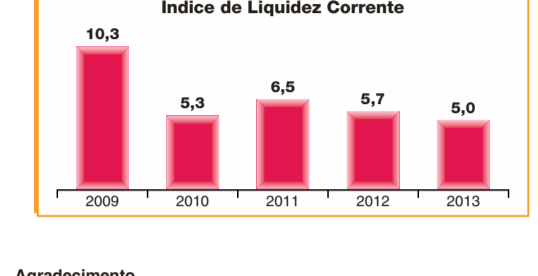
O retorno verificado no ano de 2013 foi de 33,1% sobre o patrimônio. No mesmo período do ano de 2012 foi de 27,0%.



A geração de valor calculada pelo método EBITDA para o exercício de 2013 foi de 21,6%, no ano de 2012 a geração representou 21,3%.



O índice de liquidez corrente no ano de 2013 apresentou o percentual de 5,0%, e no ano de 2012 o índice encontrava-se em 5,7%.



Agradecimento
Agradecemos o apoio e a participação dos Srs. Acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, órgãos governamentais e da comunidade financeira nos resultados até então alcançados.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2013	2012
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	59.612	72.004
Contas a receber (Nota 8)	43.067	32.986
Estoques (Nota 9)	101.805	75.542
Impostos a recuperar (Nota 10)	13.498	8.991
Adiantamentos a fornecedores	12.602	7.494
Demais contas a receber	221	678
230.905	197.605	
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 19)	1.197	859
Impostos a recuperar (Nota 10)	258	281
Tributos diferidos (Nota 26a)	1.717	1.020
Demais contas a receber	192	216
3.364	2.376	
Propriedade para investimento (Nota 12)	5.418	5.710
Imobilizável (Nota 13)	69.071	57.452
Intangível (Nota 14)	1.735	1.978
79.588	67.516	
Total do ativo	310.393	265.121

	2013	2012
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 15)	10.290	10.714
Salários e encargos sociais (Nota 16)	4.474	4.795
Impostos a recolher (Nota 17)	945	932
IR e CS a pagar	16.398	13.155
Dividendos a pagar	12.879	4.233
Demais contas a pagar	858	698
45.844	34.527	
Não circulante		
Provisão para contingências (Nota 19)	2.892	2.314
Total do passivo	48.736	36.841
Patrimônio líquido		
Capital social	168.943	46.243
Reserva Legal	14.455	10.125
Reserva de Retenção de Lucros	78.259	171.912
Reservas acumuladas		
Total do patrimônio líquido	261.657	228.280
Total do passivo e patrimônio líquido	310.393	265.121

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais
A Anacônda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. (ou “Companhia”) foi constituída em 27 de dezembro de 1951, com sede na cidade de São Paulo, sendo seus controladores pessoas físicas.
A Companhia tem por objeto social: (i) a industrialização e comercialização de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como gérmen de trigo e farelo de trigo; (ii) a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral para consumo humano; (iii) a industrialização e o comércio de produtos destinados à alimentação animal; e (iv) importação dos produtos que se relacionem com seu objeto social. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2014.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração. A Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão detalhadas na Nota 3, que correspondem à perda estimada de créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e valor justo da propriedade para investimento. **(a) Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigoando a partir de 2012 ou que ainda não entraram em vigor que poderiam ter um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Conversão de moeda estrangeira – (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (reais), e a moeda funcional da Companhia é, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos:** As demonstrações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação de exercícios, transações e ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida. As principais transações em moeda estrangeira da Companhia correspondem às contas a pagar de fornecedores relacionados às importações de trigo. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com um risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros – 2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis, não existindo, nas presentes demonstrações financeiras, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para a venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os “caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber de clientes, líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa”, “adiantamentos a fornecedores”, “demais contas a receber”. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4.2. Impairment de ativos financeiros – Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e do aquecimento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Empréstimos e recebíveis são avaliados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é pelo custo médio de aquisição ou de fabricação. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional nas datas do balanço. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado. Estoques incluem ainda materiais de manutenção (almoxarifado) e outros materiais são registrados com base no consumo utilizado e baixados como custo da produção por ocasião do custo de custo acumulado de cada importação. **2.7. Adiantamentos a fornecedores:** As contas de adiantamentos a fornecedores são avaliadas pelo custo, e estão relacionadas a antecipações de caixa e equivalentes de caixa para fornecedores de trigo. As contas de adiantamento a fornecedores para aquisição de bens do ativo imobilizado são avaliadas pelo custo e registrados no imobilizado na conta de “obras em andamento”. **2.8. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é definida como propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou o arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, com o propósito de alugar ou controlar os ativos ou ambos, e não para: (a) uso em produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de quatro galpões que são mantidos para rendimentos de longo prazo e para valorizações. Os imóveis não são ocupados pela Compa-

nhia. A propriedade para investimento é contabilizada pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. O valor justo dos imóveis utilizados como propriedade para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na Nota 12. **2.9. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, os moinhos, localizados em São Paulo e Curitiba, e a sede corporativa em São Paulo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado e todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	5
Equipamentos de informática e veículos	5
Móveis e utensílios	10
Beneficiários em terrenos	10

Beneficiários em terrenos De acordo com o período contratado O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado. **2.10. Ativos intangíveis – (a) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de até cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo; • O software pode ser vendido ou usado; • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros; • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software. • O gasto atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **2.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **2.12. Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente representadas por obrigações a pagar por compra de trigo e de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. **2.14. Imposto de renda e contribuição social diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas no momento em que o custo normalmente reconhecido ao valor da fatura correspondente é determinado e a contribuição social corrente e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substantivamente promulgadas na data do balanço. A administração declara, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas avaliações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes com os passivos fiscais correntes e quando o líquido de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com o rendimento de renda identificável pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.15. Benefícios a funcionários:** O reconhecimento da participação dos funcionários nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em

que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. As participações nos resultados pagos ou creditados aos funcionários são calculadas mediante objetivos estabelecidos previamente e registrados em contrato específico, com o devido apontamento no sindicato da categoria. **2.16. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. **(a) Venda de produtos:** A Companhia produz e comercializa farinha de trigo, misturas prontas e seus derivados. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a companhia transfere a propriedade, posse e seu controle para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o produto ou sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfatória que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos por volume e das devoluções estimadas na época da venda. A experiência acumulada é usada para estimar e provisionar descontos e devoluções. Os descontos por volume são avaliados com base nas compras anuais previstas. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de 28 dias, não tendo caráter de financiamento e são consistentes com a prática do comércio. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.17. Arrendamentos:** A Companhia é arrendatária de imóveis localizados nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, onde opera os centros de distribuição. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base nas premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão relacionadas e contempladas abaixo: **(a) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento dos respectivos clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos para a Companhia. **(b) Valor justo de propriedade para investimento:** O valor justo de propriedade para investimento baseia-se nos preços atuais de mercado para propriedades similares. O valor justo é determinado por uma avaliação feita por avaliadores independentes portadores de licença para avaliação reconhecida e pertinente e com experiência recente em avaliações de edifícios na mesma área em que os imóveis da Companhia estão localizados. **(c) Provisão para contingências:** Como descrito na Nota 19 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de riscos financeiros
4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (riscos de taxa de câmbio) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que define os níveis de exposição a serem utilizados. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada com o objetivo de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Executiva. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos, quando necessário, para suportar a estratégia corporativa ou para manter o nível de flexibilidade financeira. A tesouraria da Companhia auxilia a Diretoria Executiva a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. **(a) Riscos de taxa de câmbio:** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano. O resultado da Companhia é impactado pela variação cambial relativa ao contábil a pagar de fornecedores estrangeiros decorrentes da compra de trigo no mercado internacional, atrelados substancialmente ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2013		2012	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Passivo				
Fornecedores – US\$	–	–	823	1.684

(b) Risco de crédito: As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha.

5. Instrumentos financeiros por categoria
Os ativos financeiros da Companhia, como “caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber de clientes” e “demais contas a receber”,

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2013	2012
Receita líquida de vendas (Nota 21)	558.631	405.631
Custo dos produtos vendidos (Nota 22)	(391.957)	(279.167)
Lucro bruto	166.674	126.463
Despesas operacionais		
Com vendas (Nota 22)	(39.000)	(36.755)
Gerais e administrativas (Nota 22)	(15.729)	(12.064)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 24)	2.237	1.872
	(52.292)	(46.947)
Lucro operacional	114.382	79.516
Resultado financeiro		
Resultado Financeiro Líquido (Nota 25)	7.821	7.076
Resultado antes do IRPJ e da contrib. social	122.203	86.592
Imposto de renda e contribuição social (Nota 26b)		
Corrente	(37.312)	(25.944)
Diferido	1.717	1.020
	(35.595)	(24.924)
Lucro líquido do exercício	86.608	61.688
Lucro líq. p/quota do cap. social no fim do exerc. – R\$	1.7108	1.2181

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e contribuição social	122.203	86.592
Ajustes		
Depreciação e amortização	6.380	6.725
Valor residual do imobilizado baixado	40	410
Const. (rever.) de prov. p/ créd. de realiz. duvidosa	134	254
Constituição de provisão para contingências	598	2.585



ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREIS S.A.

CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 – Companhia Fechada

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de vencimento dessas contas a receber está apresentada abaixo:

Table with columns: 2013, 2012. Rows: A vencer, Até 30 dias, Entre 31 a 60 dias, Acima de 61 dias, Vencidos, De 1 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 120 dias, De 121 a 180 dias, De 181 a 360 dias, Acima de 361 dias.

Provisão para créditos de realização duvidosa, Contas a receber de clientes, líquido

Table with columns: 2013, 2012. Rows: As movimentações na provisão para impairment de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes: Em 1º de janeiro, Adições, Baixas como incobráveis (i), Em 31 de dezembro

(i) Dada a antiguidade dos processos de determinadas cobranças, a administração da Companhia, para melhor apresentação da provisão para créditos de realização duvidosa, decidiu baixar títulos que não contravam-se registradas na provisão para créditos de realização duvidosa, em igual valor, no montante de R\$ 5.757.

Table with columns: 2013, 2012. Rows: 9. Estoques, Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matérias-primas e suprimentos (i), Almoxxariado, Importação em andamento

(i) Os suprimentos referem-se a insumos de produção e embalagens.

Table with columns: 2013, 2012. Rows: 10. Impostos a recuperar, Ativo circul., Ativo não circul., ICMS a recuperar (operação) (i), ICMS a recuperar (aquisições de imobilizado), PIS e COFINS a recuperar (ii), Outros impostos a recuperar (iii), Total de impostos a recuperar

Table with columns: 2013, 2012. Rows: 13. Imobilizado, Edificações e instalações, Máquinas e equipamentos, Equipam. Informática, Móveis e utensílios, Veículos, Total em operação, Obras em andamento, Imobiliz. total, Valor residual, Saldos em 01 de janeiro de 2012, Aquisições, Transferências, Valor residual dos bens baixados, Depreciação, Saldos em 31 de dezembro de 2012, Custo total, Depreciação acumulada, Valor residual, Saldos em 01 de janeiro de 2013, Aquisições, Transferências, Valor residual dos bens baixados, Depreciação, Saldos em 31 de dezembro de 2013, Custo total, Depreciação acumulada, Valor residual

Do total da depreciação do exercício de R\$5.766 (2012 – R\$5.842), foi alocado para o custo dos produtos vendidos no valor de R\$ 4.736 (2012 – R\$ 4.714), e às despesas operacionais no valor de R\$ 1.030 (2012 – R\$ 1.046).

Table with columns: 2013, 2012. Rows: 14. Intangível, Softwares, Marcas e Patentes, Total, Saldos em 01 de janeiro de 2012, Amortização, Saldos em 31 de dezembro de 2012, Custo total, Amortização acumulada, Valor residual, Saldos em 01 de janeiro de 2013, Aquisição, Amortização, Saldos em 31 de dezembro de 2013, Custo total, Amortização acumulada, Valor residual, Taxas anuais de amortização – %

(i) Os saldos registrados na rubrica de software correspondem, substancialmente, aos custos incorridos na implementação do sistema SAP, ocorrida durante o exercício de 2010.

Table with columns: 2013, 2012. Rows: 15. Fornecedores, Fornecedores de trigo, Nacional, Importados, Fornecedor de imob., materiais e serv. de transporte

(i) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS originados nas importações de trigo que foram desembarçados no porto de São Francisco – SC, cujo procedimento de desembaraço no Estado de Santa Catarina implica na antecipação do recolhimento do referido imposto à alíquota de 12%. Acréscimo em 2013 decorreu da concentração de importações realizadas no final do segundo semestre de 2013. A realização desse crédito fiscal se dará ainda no primeiro semestre de 2014. (ii) Referem-se aos créditos fiscais provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente o trigo, e serviços que foram acumulados no exercício de 2013. O reconhecimento contábil e fiscal desse crédito se deu em virtude da condição tributária da farinha e pré-mistura que são representativas no total do faturamento da Companhia, e que tributariamente, encontram-se na condição de alíquota zero para o referido imposto. (iii) Trata-se, substancialmente, de imposto de renda retido na fonte, gerado pelos resgates das aplicações financeiras realizadas no exercício de 2013.

11. Adiantamentos a fornecedores Os saldos de adiantamentos a fornecedores em 31 de dezembro de 2013, correspondem substancialmente, aos desembolsos de caixa efetuados pela aquisição de trigo. Em 31 de dezembro, a Companhia efetuou adiantamento para os seguintes fornecedores:

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Coamo Agroindustrial Cooperativa, ADM Uruguay SCA, S & Ribeiro Assessoria Aduaneira Ltda., Sul Defensivos Agrícolas Ltda., Wilfried Maass Schiffahrt, Moinho Pacifico Indústria e Comércio Ltda., Fornecedores Diversos

12. Propriedade para investimento O valor de custo destes ativos é representado por:

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Custo, Depreciação acumulada, Valor Líquido, Edificações – galpões

A propriedade para investimentos da Companhia refere-se aos galpões localizados no próprio terreno do Moinho de São Paulo, os quais são alugados para terceiros, conforme mencionado na Nota 24. Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento ao custo histórico menos a provisão para perda por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo do terreno e dos galpões foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza do imóvel e à existência de dados comparáveis. Em 31 de dezembro de 2013, a avaliação do valor justo da propriedade para investimento não sofreu alteração relevante em relação à avaliação efetuada pela administração da Companhia em 31 de dezembro de 2012, permanecendo o montante de R\$ 20.247.

Table with columns: 2013, 2012. Rows: 16. Salários e encargos sociais, Férias e encargos, Salários e encargos, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher, Fundo de Garantia por Tempo de Serv. (FGTS) a recolher, Outros salários e encargos a pagar, 17. Impostos a recolher, ICMS a recolher, Imposto de renda retido a recolher, Outros impostos a recolher, 18. Partes relacionadas, Remuneração do pessoal-chave da administração: Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.596 (2012 – R\$ 1.686) relativo à remuneração do pessoal-chave da administração, 19. Provisão para contingências, Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Depósitos judiciais, Provisão para contingências, Depósitos judiciais, Provisão para contingências

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Depósitos judiciais relacionados com as contingências

(i) Trabalhistas e previdenciárias: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações se refere substancialmente a contingências trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da provisão para contingências trabalhistas era de R\$ 2.069 (2012 – R\$ 2.206), montante esse considerado suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão desses processos. Parte dos processos foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não sendo provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os depósitos judiciais foram reclassificados e estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo conforme estabelecido pela norma contábil que trata das provisões, passivos, contingências passivas e ativas. (a) A movimentação da provisão nos exercícios de 2013 e de 2012 está demonstrada a seguir:

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Em 1º de janeiro de 2012, Adições, Reversões (i), Em 31 de dez. de 2012, Adições, Reversões (i), Em 31 de dez. de 2013

(i) As reversões ocorridas durante o exercício de 2013 ocorreram, substancialmente em função das reversões das provisões anteriores e constituição de uma nova provisão atualizada por nossos advogados. (b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 168.943 (2012 – R\$ 46.243), é representado por 25.312.760 ações ordinárias e 25.312.760 ações preferenciais, sem valor nominal. Em 24 de abril de 2013, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi efetuado o aumento de capital social da Companhia, mediante a capitalização do saldo de reserva de retenção de lucros e de lucros acumulados no valor de R\$ 122.700. (b) Reservas de lucros – (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. (ii) Reserva de retenção de lucros: Reserva constituída com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores e não distribuídos aos acionistas, cuja destinação será decidida pelos próprios acionistas em Assembleia Geral. (c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros: Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em atas de reunião do Conselho de Administração, realizadas durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 10.565 (2012 – R\$ 11.224), foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) Dividendos – (i) Dividendos obrigatórios: Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas. A apuração dos dividendos referente ao resultado apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são como segue:

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Lucro líquido do exercício, (-) Reserva legal, Lucro líquido do exercício disponível para distribuição, Dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsão estatutária – 2%, Pagamentos efetuados aos acionistas, Dividendo mínimo obrigatório, Juros sobre capital próprio pagos

Percentual de dividendos propostos e pagos em relação ao lucro líquido do exercício

Table with columns: 2013, 2012. Rows: 14%, 20%

(ii) Dividendos complementares pagos e a pagar: Em 26 de abril de 2012, por meio de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares ao exercício de 2011 no valor de R\$ 13.460. Em 3 de outubro de 2012, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada (i) a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de janeiro a agosto de 2012 no valor de R\$ 7.889 e (ii) provisionamento de juros sobre capital próprio a pagar para o período de setembro a dezembro de 2012 no valor de R\$ 3.335, cujo valor foi pago em 31 de dezembro de 2012. Em 24 de abril de 2013, por meio de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares ao exercício de 2012 no valor de R\$ 20.000. Em 29 de outubro de 2013, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares ao exercício de 2012 no valor de R\$ 21.020. Em 29 de outubro de 2013, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada (i) a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de janeiro a setembro de 2013 no valor de R\$ 8.128 e (ii) provisionamento de juros sobre capital próprio a pagar para o período de outubro a dezembro de 2013 no valor de R\$ 2.437, cujo valor foi pago em 3 de janeiro de 2014.

A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é demonstrada conforme segue:

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Saldo inicial, Dividendos provisionados, Juros sobre capital próprio provisionados, Dividendos pagos, Juros sobre capital próprio pagos, Saldo final

21. Receitas de vendas Mercado interno – trigo e farelos, Impostos incidentes sobre vendas, Devoluções, descontos e bonificações

Table with columns: 2013, 2012. Rows: 22. Despesas por natureza, Consumo de matéria prima e materiais empregados e benefícios a empregados (Nota 23), Despesas variáveis com vendas e marketing, Serviços de terceiros, Depreciação e amortização, Gastos com instalações, Combustíveis e energia, Outras despesas, Custo total das vendas, despesas com vendas e gerais e administrativas

23. Despesas com salários e benefícios a empregados Salários, Encargos sociais, Outros benefícios a empregados

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Quantidade de funcionários no final do exercício, 24. Outras receitas operacionais, líquidas, Resultado na venda de bens do ativo imobilizado, Outras receitas operacionais (i)

(i) Referem-se substancialmente às receitas com arrendamento dos galpões classificados em propriedade para investimento.

Table with columns: 2013, 2012. Rows: 25. Receitas e despesas financeiras, Juros, Outras despesas financeiras, Despesas financeiras, Rendimento de aplicações financeiras (Nota 7), Variações monetárias e cambiais, líquidas, Juros de mora recebidos, Descontos obtidos, Receitas financeiras, Resultado financeiro, líquido

26. Imposto de renda e contribuição social (a) Saldo patrimonial, Provisão para contingências, Provisão para créditos de realização duvidosa, Demais provisões

Table with columns: 2013, 2012. Rows: 2013, 2012

(b) Despesa do imposto de renda e da contribuição social Os valores de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas nominais como segue:

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Lucro antes da contribuição social e do IRPJ, Juros sobre capital próprio, Alíquotas de impostos vigentes – %, Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício, Diferenças permanentes, Diferenças temporárias, Outros, Despesa de imposto de renda e contribuição social, Corrente, Diferido, Efeito líq. na demonstração do resultado do exercício

27. Lucro por ação – básico e diluído O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo.

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, Qde. média ponderada de ações emitidas (em milhares), Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$

28. Compromissos com arrendamento mercantil – contratos de locação Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha contratos de locação de imóveis para suas operações comerciais. Os contratos de locação dos imóveis estabelecem uma despesa de aluguel mensal, e os valores dos contratos são reajustados anualmente com base em índices de inflação (Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M)). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas de arrendamento de imóveis totalizam R\$ 855 (2012 – R\$ 529). Nos termos do CPC 6, a Companhia analisou os referidos contratos de arrendamento de equipamentos e imóveis e concluiu que se enquadram na definição de arrendamento mercantil operacional.

29. Seguros contratados A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de alinhar delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado, coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a Companhia mantém nas seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Table with columns: 2013, 2012. Rows: Ramos, Bens do imobilizado

CONTADOR

Fabio D' Oliveira Castanhas – CRC – 1SP 220.217/O-5

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

ANACONDA Industrial e Agrícola de Cereais S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras

com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras

tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 25 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP 000.160/O-5

Renato Barbosa Postal Contador CRC 1SP 187.382/O-0